

STJ00098043

**MARCELA KOHLBACH DE FARIA**

Graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Mestre em Direito Processual pela Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Advogada

# AÇÃO ANULATÓRIA DA SENTENÇA ARBITRAL

ASPECTOS E LIMITES



Brasília  
2014

1ª edição - 2014

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F235a

Faria, Marcela Kohlbach de  
Ação anulatória da sentença arbitral : aspectos e limites /  
Marcela Kohlbach de Faria. - 1. ed. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica,  
2014.

240 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-67426-07-5

1. Direito. 2. Processo civil. I. Título.

14-08237

CDU: 342

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

359279

---

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. ARBITRAGEM. EVOLUÇÃO RECENTE NO DIREITO BRASILEIRO .....	7
2. ARBITRAGEM E PODER JURISDICIONAL .....	17
2.1 Conceito de jurisdição .....	17
2.2 Poder jurisdicional dos árbitros .....	26
2.3 Poder jurisdicional do árbitro e o <i>imperium</i> .....	32
3. PRODUTO DO EXERCÍCIO DO PODER JURISDICIONAL DO ÁRBITRO: SENTENÇA ARBITRAL. NATUREZA, EFEITOS E EFICÁCIA .....	37
4. ALGUNS ASPECTOS E HIPÓTESES DE CABIMENTO DA AÇÃO ANULATÓRIA DA SENTENÇA ARBITRAL .....	43
4.1 A teoria das nulidades dos atos processuais e sua aplicação no julgamento da ação anulatória da sentença arbitral .....	45
4.2 Aspectos procedimentais e hipóteses de cabimento .....	55
4.2.1 Nulidade do compromisso arbitral .....	57
4.2.2 Sentença <i>extra, infra ou ultra petita</i> .....	70

5. PORTUGAL. A NOVA LEI DE ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA DE 14.12.2012.....	81
5.1 Recurso contra a sentença arbitral.....	83
5.2 A anulação da sentença arbitral.....	84
5.2.1 Violação a princípios processuais .....	87
5.2.2 Anulação da sentença arbitral com fundamento na violação da ordem pública portuguesa .....	90
6. FRANÇA. <i>CODE DE PROCÉDURE CIVILE</i> ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DECRETO Nº 2011-48 DE 13 DE JANEIRO DE 2011 .....	97
6.1 <i>L'appel</i> . Recurso de Apelação.....	98
6.2 <i>Le recours en annulation</i> . Recurso de anulação.....	100
6.2.1 Anulação da sentença arbitral por violação aos princípios fundamentais do processo .....	102
6.2.2 Aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem à arbitragem.....	107
6.2.3 Anulação da sentença arbitral por violação à ordem pública .....	109
7. INGLATERRA. <i>ARBITRATION ACT DE 1996</i> .....	115
7.1 Formas de impugnação judicial da sentença arbitral previstas no EAA .....	117
7.2 O direito inglês e a preservação dos direitos fundamentais .	121
7.3 A ordem pública e o direito inglês .....	125
8. ESTADOS UNIDOS. <i>FEDERAL ARBITRATION ACT</i> .....	129
8.1 Arbitragem e <i>due process of law</i> .....	133
8.2 Proteção da ordem pública ( <i>Public Policy</i> ).....	138
8.3 <i>Manifest Disregard of the Law Doctrine</i> .....	139
8.4 Ampliação das hipóteses de intervenção judicial pelas partes. Autonomia da vontade x taxatividade legal .....	142

9. DIREITO BRASILEIRO: LEI 9.307/1996.....	145
9.1 A preservação das garantias do processo em contraposição com a flexibilidade inerente ao procedimento arbitral.....	145
9.2 A violação à ordem pública como causa de anulação da sentença arbitral.....	165
9.3 Limites da atuação do juiz na ação anulatória.....	182
CONCLUSÃO .....	191
REFERÊNCIAS.....	201